



Oculum Ensaaios

ISSN: 1519-7727

sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Brasil

MARTINS DE ALENCAR BATTAUS, DANILA
O NEW URBANISM E A LINGUAGEM DE PADRÕES DE CHRISTOPHER ALEXANDER
Oculum Ensaaios, vol. 12, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 111-126
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351733757009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O *NEW URBANISM* E A LINGUAGEM DE PADRÕES DE CHRISTOPHER ALEXANDER

THE NEW URBANISM AND THE PATTERN LANGUAGE OF CHRISTOPHER ALEXANDER |
EL NEW URBANISM Y EL LENGUAJE DE PATRONES DE CHRISTOPHER ALEXANDER

DANILA MARTINS DE ALENCAR BATTAUS

RESUMO

O *New Urbanism*, movimento urbanístico que se desenvolveu na década de 1990 nos Estados Unidos, incorporou, dentre suas práticas, alguns pressupostos presentes em referências anteriores como, por exemplo, em projetos de autoria do arquiteto Christopher Alexander. Nesse sentido, o presente estudo propõe-se analisar as semelhanças existentes entre os projetos de novos bairros e recuperação de áreas degradadas do *New Urbanism* e as formulações teóricas de Alexander na Linguagem de Padrões. Assim, este trabalho analisa, de um lado, a obra *A Pattern Language*, de 1977, que reúne componentes estabelecidos pelo autor como padrões que asseguram o êxito de projetos e a interlocução entre arquiteto e usuário, e, de outro, os pressupostos do *New Urbanism* e sua aplicação em projetos apresentados por Peter Katz no livro *The New Urbanism: toward an architecture of community*, de 1994. Introduz-se uma breve reflexão sobre a atuação profissional de Christopher Alexander, no que diz respeito a processos participativos e padrões de escala das cidades, por ele apontados e, na sequência, discutem-se os princípios do *New Urbanism*, o que permite, portanto, a contextualização das semelhanças e assimetrias entre ambas as teorias e realizações.

PALAVRAS-CHAVE: Christopher Alexander. Linguagem de padrões. *New urbanism*.

ABSTRACT

*The New Urbanism was an important movement in urban planning in the United States in the 1990s that incorporated, among other practices, some presuppositions present in previous references such as, for example, the projects of the author and architect Christopher Alexander. The aim of the article is to analyse the similarities between the projects for new neighbourhoods and the recovery of degraded urban areas in New Urbanism and the theoretical ideas of Alexander in the Pattern Language. On one hand, we will analyze some components established by Alexander in his the book *A Pattern Language* (1977), such as patterns that can provide better results and the relationship between architects and users; on the other hand, the presuppositions of New Urbanism and its application in some projects discussed by Peter Katz's book *The New**

Urbanism: toward an architecture of community (1994). We begin by briefly discussing the professional development of Christopher Alexander regarding the participatory processes and some patterns of city scale that he established. Next we discuss the principles of New Urbanism that allows the analysis of the similarities and asymmetries between both theories and experiences.

KEYWORDS: Christopher Alexander. Pattern language. New urbanism.

RESUMEN

El New Urbanism, movimiento que se desarrolló en la década de 1990, en los Estados Unidos, incorporó, en sus prácticas, algunos supuestos presentes en las referencias anteriores, por ejemplo, en los proyectos del arquitecto Christopher Alexander. Por lo tanto, tratamos de analizar las similitudes existentes entre los nuevos barrios y recuperación de áreas degradadas del New Urbanism y las formulaciones teóricas de Alexander en el *Lenguaje de Patrones*. Esto se hace a través del estudio del libro *A Pattern Language*, 1977, que reúne a los componentes establecidos por Alexander como normas que garantizan el éxito de los proyectos y un mejor diálogo entre el arquitecto y el usuario, así como el conocimiento de los supuestos del Nuevo Urbanismo y su aplicación en los proyectos presentados por Peter Katz en el libro *The New Urbanism: toward an architecture of community*, de 1994. Se propone, como introducción, una breve reflexión sobre la práctica profesional de Christopher Alexander, con respecto a los procesos de participación y patrones de escala de las ciudades, designados por él y, siguiente, discute los principios del “Nuevo Urbanismo”, permitiendo así la contextualización de las similitudes y asimetrías entre teorías y logros.

PALABRAS CLAVE: Christopher Alexander. Lenguaje de patrones. New urbanism.

CHRISTOPHER ALEXANDER E A ARQUITETURA PARTICIPATIVA

O contexto internacional da Arquitetura e Urbanismo, na segunda metade do século XX, foi composto por profissionais que muito se aproximaram dos mecanismos de participação popular, de variada natureza. Dentre eles, destacam-se: Lucien Kroll, autor de importantes processos participativos, como o conjunto de moradia estudantil “La Meme”, na Universidade de Louvain (Bélgica), com os conceitos de “arquitetura aberta” e “participativismo”; Ralph Erskine, com o projeto “Byker”, empreendimento com a participação do usuário¹; e Christopher Alexander, cuja notoriedade internacional se deu, especialmente, em razão de sua predileção pelo envolvimento dos usuários em processos de projeto e construção de comunidades.

Christopher Alexander nasceu em Viena, Áustria, em 1936. Com os pais, arqueólogos clássicos, mudou-se para a Inglaterra no início da Segunda Guerra Mundial (1938). Cresceu em Oxford e, segundo Grabow (1983), graduou-se em Matemática e, nos anos

seguintes, tornou-se arquiteto pela Universidade de Cambridge. Na década de 1950 mudou-se para *Harvard*, Estados Unidos da América (EUA), com o intuito de aperfeiçoar sua formação profissional. Seu primeiro livro, *Community and Privacy: towards a New Architecture of Humanism* (ALEXANDER & CHERMAYEFF, 1966), apresenta ferramentas para a constituição de uma Nova Arquitetura, voltada às necessidades humanas das comunidades (GRABOW, 1983).

Tratava-se do início de suas reflexões sobre essa arquitetura, pois, em toda sua carreira profissional, Alexander defendeu o apego a projetos que correspondessem às expectativas e necessidades dos usuários. Di Biagi (2002) expõe a análise de Pier Giorgio Gerosa sobre o livro *Notes on the Synthesis of Form* (ALEXANDER, 1964), o qual observa que o postulado de Alexander firmou-se na ideia de que a forma deveria satisfazer os requisitos do contexto em que se insere qualquer edifício.

No ano de 1965, publicou o texto *A City is not a Tree* (ALEXANDER, 1965), difundido em diferentes países, como Israel, Holanda, Espanha, Inglaterra, entre outros. Nesse artigo, indubitavelmente, Alexander demonstrou sua clara postura em relação à arquitetura moderna, ao formular severa crítica ao modelo de cidade funcional defendido por arquitetos modernos. Para ele, as cidades possuíam características naturais, essenciais à vida de seus habitantes e, portanto, não deveriam ser concebidas com “a simplicidade estrutural de uma árvore”, nem tampouco distorcer a concepção real do que é uma cidade, com sua complexidade estrutural natural e sua realidade social.

Em se tratando de processos participativos, a contribuição de Christopher Alexander constitui uma referência, ao se contrapor ao planejamento urbano modernista e ligar-se ao *Advocacy Planning*². Alexander respondeu pela autoria de processos participativos referenciais como a experiência de reformulação do *campus* da Universidade de Oregon (Eugene, EUA). Os princípios que pautaram esse projeto, bem como os métodos adotados durante o processo de interlocução entre a equipe de profissionais e os usuários do *campus*, compõem uma de suas importantes obras bibliográficas, *The Oregon Experiment* (ALEXANDER et al., 1975). Nesse livro, o arquiteto descreve sua visão do que seriam os parâmetros ideais para os procedimentos de diagnóstico de problemas e potencialidades do local, de inter-relação com funcionários, docentes, diretores e alunos, enfim, de elaboração e finalização de projetos. Alexander, inclusive, demonstra o valor da participação dos usuários do *campus* no processo de projetos, por meio de desenhos esquemáticos em mapas e outras formas de ilustração, por eles realizados.

Para Christopher Alexander, a participação dos usuários nos processos de projeto é a primeira condição para o bom êxito da atuação profissional do arquiteto. Segundo ele, essa participação está diretamente relacionada aos meios de interação dos usuários com os elementos componentes do projeto, a partir do repertório arquitetônico, construção e outras experiências em processos participativos. Como ferramenta de entendimento, para que os usuários possam apreender as prerrogativas e componentes dos projetos ela-

borados pelos arquitetos, Alexander propõe uma sintetização de conceitos básicos da Arquitetura, que ele denomina Linguagem de Padrões (QUEIROZ, 2004).

Para Alexander *et al.* (1977), é necessário, em primeiro lugar, observar os componentes do meio ambiente, tidos como por ele como “coisas fundamentais”, às quais denomina “padrões”. Conjuntamente, considera importante que se compreendam os processos generativos desses padrões (as suas “fontes”) essencialmente como linguagens. Desse modo, o autor aponta ser possível utilizar-se de um processo comum para a produção de “edifícios vivos”, porém de forma não mecânica.

Tais padrões foram amplamente investigados por Alexander e sua equipe, no *Center for Environmental Structure* (CES), em *Berkeley*/Califórnia/EUA. Os resultados compõem o livro *A Pattern Language*, publicado originalmente pela editora *Oxford University Press* e traduzido para outros idiomas, dentre os quais, recentemente, o português (ALEXANDER *et al.*, 2013).

A linguagem de padrões é uma extensa obra que reúne um conjunto de 253 padrões, como referenciais ideais para serem utilizados nos processos de projeto de edificações, áreas externas e comunidades, como será comentado adiante. O livro constitui-se de uma compilação de parâmetros projetuais estabelecidos pelo arquiteto e sua equipe, com o intuito principal de auxiliar a interlocução entre profissionais e usuários de edificações e empreendimentos urbanísticos em processos participativos.

O currículo de Alexander compreende outras importantes experiências em processos participativos na Arquitetura e Urbanismo. Em *Mexicali* (México), por exemplo, o arquiteto implementou seus métodos na construção de um assentamento comunitário, realizado em 1976, por meio de mutirão. O livro *The Production of Houses* (ALEXANDER *et al.*, 1985), também de sua autoria, conta a história de *Mexicali*, onde as famílias construíram suas casas, a partir do pressuposto de que os empreendimentos habitacionais podem ser melhores, desde que os padrões de controle sejam profundamente mudados.

Na década de 1980, Christopher Alexander desenvolveu outro significativo processo participativo junto a uma comunidade universitária no Japão, cuja descrição e comentários completos estão expressos em recente livro do autor, *The Battle for the Life and Beauty of the Earth* (ALEXANDER *et al.*, 2012). Trata-se do projeto de um *campus* universitário em Eishin, que abrigaria uma instituição sediada em Tóquio e que desejava ampliar suas instalações para um novo espaço.

Muitas foram, além dessas, as contribuições de Christopher Alexander no cenário da Arquitetura e do Urbanismo Participativos. No contexto latino-americano, projetou ainda um assentamento comunitário no Peru. Na proposta desenvolvida pelo arquiteto e sua equipe, era grande a ênfase social no processo de construção das moradias, com plena participação dos usuários e diferentes tipologias que melhor se adequassem às suas necessidades, além da proposição de espaços coletivos que promovessem sua maior integração.

No Brasil, Alexander introduziu o projeto do Loteamento São Carlos II, também denominado “Conjunto Participação”, na cidade de São Carlos (SP), na década de 1980. Todavia, foi incipiente sua presença no processo, pois não houve continuidade da participação do *Center for Environmental Structure*.

Conforme citado anteriormente, *A Linguagem de Padrões* abordou elementos de concepção projetual abarcando desde aqueles referentes aos espaços públicos e de uso coletivo, até aqueles especificamente aplicáveis ao edifício. Nesse sentido, analisam-se alguns desses padrões, em particular aqueles observados em projetos congruentes aos que contemplam empreendimentos do *New Urbanism*.

O NEW URBANISM NO CONTEXTO NORTE-AMERICANO

A segunda metade do século XX reuniu inúmeras experiências urbanísticas relevantes, sobretudo algumas de construção de comunidades, conforme ideário fortemente difundido na Europa e nos Estados Unidos. É oportuno ressaltar que os preceitos da Arquitetura e Urbanismo Participativos introduzidos por Christopher Alexander consolidaram uma faceta característica de algumas dessas comunidades: o envolvimento e participação dos usuários nos processos de projeto e implantação de assentamentos comunitários.

Dentre as experiências de configuração espacial ou tipológica de novas comunidades, cita-se o movimento do *New Urbanism*, engendrado por profissionais arquitetos e outros segmentos ligados ao desenho e planejamento urbanos, nos Estados Unidos, com a proposição de novos assentamentos ou recuperação dos pré-existentes. No entanto, é necessário atentar para as reais aproximações entre as contribuições de Alexander para as comunidades e as produções dos “novos urbanistas”.

Embora o movimento tenha incorporado boas práticas projetuais de Christopher Alexander, não é possível verificar em tais processos os preceitos de participação e envolvimento de usuários, nem tampouco a destinação de novos assentamentos habitacionais e de uso misto a todas as classes sociais. Destaca-se a análise de Todd W. Bressi apresentada por Katz (1994) sobre aspectos do *New Urbanism*, como o fato de que tais projetos resultaram em “oportunidades habitacionais” para um extrato social limitado, perpetuando a dependência de iniciativas governamentais que contemplassem a população de baixa renda e com necessidades especiais.

A sequência de Congressos do Novo Urbanismo, realizados em território norte-americano, anualmente, de 1993 a 1996, constituiu uma trajetória de construção das ideias que, em tese, fundamentaram projetos de novos bairros e intervenções em áreas degradadas. Do último evento, o IV Congresso realizado na Carolina do Norte/EUA, em 1996, resultou a Carta do Novo Urbanismo, um documento assinado por 266 participantes, contendo os 27 princípios apontados como “boa prática” na elaboração de empreendimentos urbanos. De acordo com Macedo (2007, *online*), esses princípios eram autoexplicativos e foram classificados em grupos equivalentes às escalas territoriais: a)

região; b) bairro, setor e corredor; e c) quadra, rua e edifício, semelhantemente à abordagem feita por Alexander na Linguagem de Padrões.

Katz (1994) apresenta significativos projetos dos novos urbanistas, analisados por diferentes autores e sob aspectos distintos. Todd W. Bressi, neste livro, observa que tais projetos redescobriram características importantes de antigas comunidades norte-americanas: a constituição da vizinhança e as áreas destinadas ao pedestre. Esses “novos espaços” iriam rediscutir elementos esquecidos nas décadas anteriores, como os espaços públicos usados cotidianamente, a realização de atividades rotineiras “a pé” e o uso misto, entre outros.

Todd W. Bressi formula sua análise do Novo Urbanismo, especialmente, a partir dos antecedentes urbanísticos nas cidades norte-americanas ao longo do século XX. Assim, analisa a realidade das “metrópoles”, que, a partir da década de 1920, foram construindo um cenário de congestionamento viário, poluição atmosférica e segregação socioespacial, promovendo a ocorrência dos “subúrbios-dormitório”. O autor lembra ainda que, concomitantemente, ocorria a ascensão da classe média e o uso do automóvel como meio de deslocamento eficiente, incentivado pela construção de vias de ligação entre o centro e o subúrbio. Em contrapartida, porém, essa classe em ascensão buscava, como ambiente ideal para viver, bairros com espaços verdes, amplos quintais e qualidade de vida compatível com suas aspirações.

Segundo o autor, portanto, estava “em marcha” o Novo Urbanismo, com ações que convergiriam para essas expectativas, no intuito de se priorizar os interesses públicos em detrimento dos privados. Nesse sentido, os projetos em questão incorporam as referências anteriores da Unidade de Vizinhança, particularmente aqueles empreendimentos como “Seaside”, desenvolvidos pelo escritório DPZ, empresa norte-americana com expressiva atuação no Novo Urbanismo, liderada por Andres Duany e Elizabeth Plater-Zyberk. Na visão de Bressi, os espaços públicos contemplados pelas experiências dos novos urbanistas possuíam um “foco cívico”, na medida em que os projetos eram ilustrados com aspectos gráficos humanizados e qualidade de apresentação primorosa, inclusive (alguns deles) com desenhos que remetiam a pequenas vilas europeias inspiradoras.

Na concepção de Vincent Scully (KATZ, 1994), os novos urbanistas também preconizaram uma “arquitetura de comunidade”, baseada no envolvimento e cooperação dos indivíduos que viveriam nesses subúrbios, porém, a partir da lei. O autor reforça que o que garante a liberdade dos membros de uma comunidade é a lei, enquanto o que os une é a Arquitetura; conclui que o desejo dos cidadãos norte-americanos, naquele momento, era viver em comunidade, assegurados por implementos acessíveis a todas as classes sociais, e não somente àquelas contempladas pelos projetos do Novo Urbanismo.

Nesse sentido, nota-se a distinção entre o sentido de “comunidade” presente no *New Urbanism* e aquele preconizado por Christopher Alexander, para quem os membros integrantes dos assentamentos deveriam estar envolvidos em todo o processo

de projeto e execução de suas comunidades, e não somente em sua gestão. Quanto à participação dos usuários, as ideias de Alexander se assemelham mais aos movimentos do *Community Development* e *Community Architecture*, iniciados na Inglaterra na década de 1940 e posteriormente reverberados no continente americano. Entretanto, como dito anteriormente, é possível identificar, em propostas do *New Urbanism*, características físicas que reafirmam padrões espaciais propostos por Christopher Alexander no livro *A Pattern Language* (ALEXANDER, 1977), o que permite cotejar ambas as experiências.

Alexander e seus colaboradores apresentam, na obra *A Pattern Language* (ALEXANDER *et al.*, 1977), um sumário da linguagem, classificando 253 padrões em escalas de análise, como: regiões, cidades, espaços identificáveis de comunidades, conexão de comunidades, centros locais, grupos sociais, espaços abertos, entre outros grupos ligados especificamente às características das edificações. Dentre tais escalas, Alexander classifica padrões componentes das cidades, elementos estes que foram empregados nos projetos do *New Urbanism* e, destarte, serão objeto de estudo deste artigo.

Um dos padrões apontados por Christopher Alexander aborda as áreas de transporte local (padrão 11) e enfatiza a significativa liberdade e as oportunidades que os carros proporcionam às pessoas — destacando, por outro lado, que eles destroem drasticamente o entorno e “matam toda a vida social”. Segundo Alexander *et al.* (1977), essas áreas de trânsito local devem salvar-se dos danos causados pelos veículos motorizados. O ideal seria que houvesse áreas onde se utilizasse apenas o “não transporte”, como bicicleta, táxi e pedestrianismo, e que o automóvel privado fosse usado apenas para sair desta distância, como atualmente tem-se buscado nas cidades de pequeno e grande porte.

Se cada pessoa que conduz um carro ocupa um espaço muitas vezes maior do que quando está a pé (o autor justifica esse dado com cálculo de valores), isso quer dizer que as pessoas se distanciam mais entre si. O uso do carro, portanto, tem o poder de dispersar e manter as pessoas isoladas.

Por outro lado, Alexander demonstra as virtudes, segundo ele sem precedentes, do automóvel: flexibilidade, privacidade, deslocamentos diretos, sem transbordos e imediatez, elementos não contemplados pelo transporte público. Alexander *et al.* (1977) propõem, nesse sentido, o seguinte sistema:

1) para deslocamentos locais, a utilização de bicicletas, triciclos, *scooters*, carrinhos de golfe *etc.*: com baixo custo e pouca velocidade, ocupam pouco espaço e propiciam contato direto entre o usuário e o entorno;

2) para percursos longos, a utilização de carros e outros veículos, que possam ser fabricados de modo a serem menos poluentes.

Assim, Alexander sugere a subdivisão da cidade em áreas de 1,5 a 3km de largura, circundadas por vias de circulação mais intensa, em cujo interior se dê o transporte local, de modo que os veículos motorizados impactantes entrem e saiam sem causar incômodos.

Décadas à frente da Linguagem de Padrões, observa-se nos projetos dos novos urbanistas a aplicação dos conceitos relativos ao transporte local, o que se pode constatar nas figuras abaixo, referentes aos Projetos de Playa Vista (Figura 1) e Laguna West (Figura 2)³:

- observa-se a mesma estrutura viária, com vias locais “secundárias” que coletam o fluxo e o conduzem às vias maiores ou estruturais;
 - o desenho do sistema viário prioriza o “transporte local”, propiciando ao pedestre a circulação segura e livre de conflitos com outras modalidades de deslocamento;
- ambas as propostas asseguram a circulação de veículos de baixo custo e pouca velocidade.

Para resolver os conflitos entre automóveis e a tranquilidade do pedestre, o autor sugere ainda a construção de vias locais “em laço” (padrão 49), capazes de diminuir a velocidade dos carros e os fluxos intensos, incorporadas por Alexander e sua equipe no projeto do Peru (*Peruvian*), citado anteriormente.

Alexander comenta que os *cul de sac* também são uma alternativa possível — embora, do ponto de vista social, segregadora. O arquiteto ainda observa que é necessário outro caminho para o pedestre, além do *cul de sac*, salientando que se devem traçar vias locais em laços, que impossibilitem aos carros, cujo destino não esteja no próprio laço, utilizá-los como atalho. De acordo com esse padrão, cada laço deveria atender no máximo



FIGURA 1 – Playa Vista: ênfase à qualidade para o pedestre.
Fonte: Katz (1994, p.189).

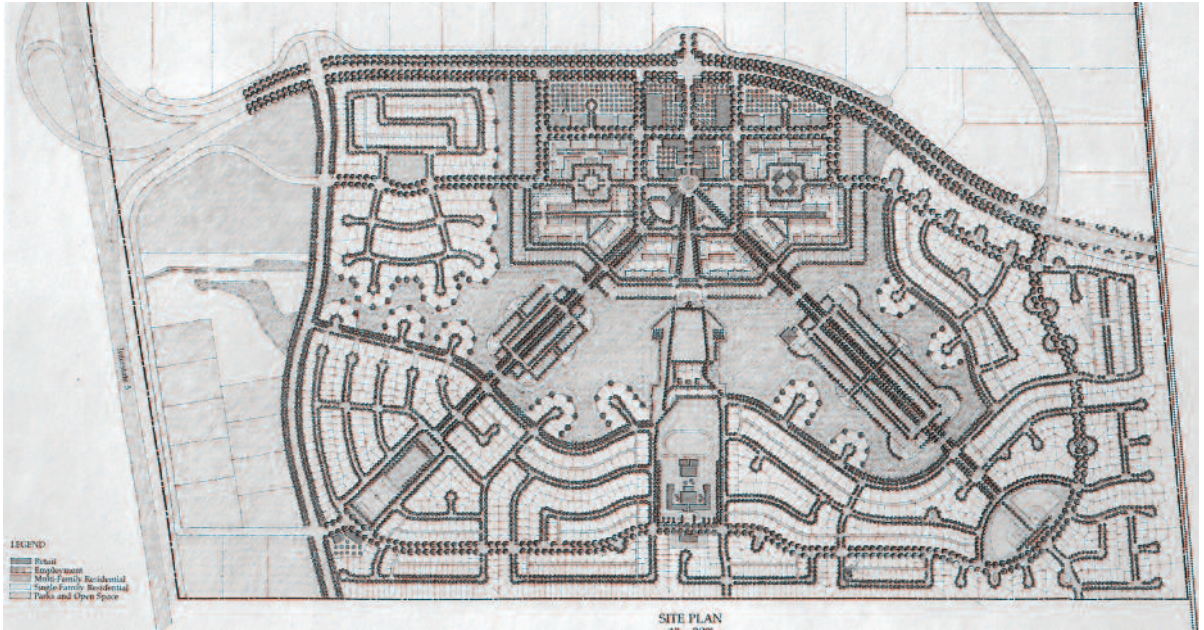


FIGURA 2 – *Laguna West* e a estrutura viária que prevê “áreas de transporte local”

Fonte: Katz (1994, p.19) e análise da autora.

a 50 casas, assim como deveria ser estreito, com largura entre 5 e 6m, alternativa projetual que muito se aproxima da estrutura viária dos projetos do *New Urbanism*.

Outro padrão apontado por Alexander como meio para minimizar os conflitos entre pedestres e veículos são os “cruzamentos em T” (padrão 50), os quais são incorporados pelos novos urbanistas em suas propostas. Nesse padrão, Alexander aponta a substituição dos cruzamentos convencionais de vias implantadas em “grelha” ou quadrangulares, com dezesseis pontos de colisão, por cruzamentos no formato de “T”, que resultam em apenas três pontos. Para o autor, essa alteração garante a diminuição dos riscos de acidentes de veículos e, conseqüentemente, dos conflitos entre eles e o pedestre.

Ainda no tocante ao transporte, na *Linguagem de Padrões*, sugere-se o padrão 20 — “micro-ônibus” como a ligação adequada entre as linhas expressas de ônibus e trens, até os bairros, para que não sejam distantes os pontos das pessoas, atendendo inclusive às que não possam dirigir. Trata-se de veículos de poucos lugares, servidos por meio de comunicação com um posto central e outros micro-ônibus, com parada a cada 200 metros ao longo das vias maiores.

Alexander *et al.* (1977) pondera ainda que, na década de 1970, existiam sistemas de micro-ônibus que atendiam a chamadas telefônicas e realizavam deslocamentos pontuais a baixo custo. A partir da chamada, um computador detectava o micro mais próximo e o acionava, como em Batávia, *New York*, onde o sistema era o único meio de transporte para uma população de 16 mil habitantes.

Da mesma maneira que Alexander apontara a necessidade de transporte público nas comunidades, que permitisse maior liberdade aos trajetos, por meio de veículos menores e mais ágeis, também as diretrizes de meios de transporte propostas pelo *New Urbanism* apresentam semelhante sistema de transporte público em veículos leves, como na cidade de Portland/Oregon/EUA, por exemplo.

O padrão 12, intitulado “comunidades de 7 000 habitantes” é outro exemplo característico de bairros propostos pelo *New Urbanism*. Segundo Alexander, em comunidades de 5 000 a 10 000 habitantes, há pouca participação ativa da população, de modo que sua potencial influência sobre o governo local, em prol de seus direitos, vem de um grupo autônomo, capaz de gerir seus próprios recursos.

Fala-se da ideia de que pequenas comunidades podem ser menos propensas à corrupção, citando-se Sófocles, que dizia ser insuportável viver se não fosse em uma comunidade assim, com liberdade de agir. Cita-se também o exemplo de Thomas Jefferson, que imprimiu a democracia norte-americana ao delegar ao “povo” o poder de governar, argumentando que se considerava suscetível ao erro e que, portanto, seria perigoso entregar o poder a um grupo de pessoas; nesse sentido, o seu *slogan* “Divida o país em distritos”.

Alexander *et al.* (1977) identificam dois fatores que promovem a separação entre o governo e os cidadãos: o tamanho da comunidade política, ou seja, quanto maior ela for, mais distantes estarão os cidadãos do poder; e a localização “invisível” do governo, fora do domínio da vida cotidiana da maioria da população. Nesse sentido, ele aponta a constituição de Conselhos Locais que funcionem como um “coração político”, por serem parte essencial de uma comunidade.

Assim como Christopher Alexander argumenta ser necessária a previsão de limite para a quantidade de habitantes nas comunidades, visando à coesão e articulação

dos grupos e à sua efetiva participação na gestão dos espaços, também os projetos dos novos e reabilitados subúrbios, contidos no livro de Peter Katz, demonstram semelhante diretriz projetual. A Figura 3 ilustra essa configuração territorial que expressa a limitação na quantidade de moradores, prevista na comunidade de Kentlands³:



FIGURA 3 – Plano para a comunidade de Kentlands.
Fonte: Katz (1994, p.31).

Essas diretrizes relativas às comunidades de pequeno porte são abordadas, ainda, no padrão 14, denominado “vizinhança identificável”, em que Alexander afirma que “evidências antropológicas” indicam que uma população menor do que 1 500 pessoas — ainda que muitos autores falem em 500 —, é mais capaz de se organizar e cuidar de seus próprios interesses.

Menciona, ainda, que a superfície territorial das comunidades também não deve ser grande, mas com poucos quarteirões e, no máximo, de 300 metros. É importante, também, o controle do tráfego nas vias, pois a identidade dessas vizinhanças deve estar protegida do tráfego pesado.

No que diz respeito aos locais aptos a promover o vínculo pessoal dos moradores com o meio em que vivem, Alexander afirma que não há como as pessoas manterem suas “raízes espirituais” e sua conexão com o passado, se o seu ambiente não sustentar essas raízes. Experiências do autor com as comunidades levaram a concluir que os lugares que estabelecem vínculos das pessoas com seu passado e suas raízes devem ser preservados, assim como deve ser realçada sua importância. Trata-se da consciência coletiva e, portanto, se destruídos tais espaços, podem-se criar feridas incuráveis nas comunidades.

Nesse sentido, Alexander estabelece o padrão 24 — “lugares sagrados” —, e sugere um levantamento junto às pessoas acerca de quais lugares as fazem sentir-se ligadas a sua história, ao passado; indica, portanto, que se deve mapeá-los e tratá-los com cuidado para que sejam destacados e valorizados e nunca sejam violadas as raízes.

Em intervenções dos novos urbanistas para a reabilitação de setores urbanos pré-existent, verifica-se a manutenção de determinados espaços ou elementos construídos que, de alguma maneira, remetem ao passado e à identidade do lugar, como se pode constatar na Figura 4, em *Highland District*³. Como observa Alexander em relação ao padrão 24, as pessoas necessitam desses locais como referência de sua presença na comunidade.

Os espaços públicos, na concepção dos novos urbanistas, também se aproximam de outros dois padrões apontados na Linguagem



FIGURA 4 – Elementos remanescentes da “Missão Tumacacori” (século XVII) existentes em *Highland District*.

Fonte: Katz (1994, p.201).

de Padrões de Alexander: “pequenas praças públicas” (padrão 61) e “locais públicos externos” (padrão 69). Alexander considera que, nas ruas e bairros das “cidades modernas”, poucos lugares propiciam conforto para se desfrutar de horas livres, “à toa”. Desse modo, comenta que todas as faixas etárias necessitam despendar algum tempo em atividades de lazer “passivo”, e que as pessoas buscam lugares para isso, cada uma em local diferente, de acordo com as características próprias do bairro. Assim, aventa a hipótese de que os moradores possam definir a instalação de locais ao ar livre, bem como de seus usos.

Conforme citado anteriormente, na visão de Todd W. Bressi, os projetos do *New Urbanism* redescobrem a importância dos espaços públicos no cotidiano das comunidades. Destacam-se os espaços previstos em *Orange Tree Courts*⁴ e na comunidade de *South Brentwood Village*⁴ (Figuras 5 e 6):

Segundo Alexander, os arquitetos e urbanistas construíam praças desmedidas nas cidades modernas, com planos de bom aspecto, mas que acabavam “mortas”. Todavia, se fossem pequenas, na sua concepção, concentrariam melhor e mais pessoas, com exceção de grandes praças em centros urbanos com altas densidades.

Nota-se, na obra *A Pattern Language* (ALEXANDER *et al.*, 1977, p.230), o intento de se aplicarem os padrões por ele estabelecidos na configuração de assentamentos habitacionais visando a sua consolidação como “comunidade”. Nesse prisma, o autor analisa que é importante haver um processo de autogestão nas comunidades, de modo que qualquer membro possa participar de projetos comuns (padrão 45 — Corrente de Projetos Comunitários). Aponta 5 requisitos para esse padrão:

- 1) lugares que permitam que alguém fale ao público, uma vez que as manifestações espontâneas e a liberdade de expressão são essenciais à vida coletiva;
- 2) espaço mínimo, equipado de máquina de escrever, copiadora, telefone *etc.*, para uso gratuito, porém com limite de tempo;
- 3) comunidades próximas e não dispersas, em “encruzilhadas comunitárias”;
- 4) comunidades visíveis e desprovidas de muros, para que todos possam compartilhar das atividades, diferentemente dos edifícios governamentais;
- 5) oficinas com alguns serviços necessários à comunidade e estáveis, como lavanderia, barbearia e café.

Semelhantes características estão presentes na proposta do *New Urbanism* apresentada por Katz (1994) para a revitalização de *Jackson-Taylor*⁴, que contempla o uso do solo misto, para a vitalidade e conveniência do cotidiano dos moradores locais (Figura 7). Objetivou-se promover a circulação de pessoas nesses setores para atender às necessidades rotineiras dos moradores da comunidade.

Levando em conta os projetos acima descritos, considera-se que existem notáveis semelhanças entre os projetos do *New Urbanism* e a Linguagem de Padrões de Christopher Alexander, cuja obra fora publicada na década de 1970. Alguns dos novos urbanistas



FIGURA 5 – Pequenos espaços públicos próximos às moradias desenhados para *Orange Tree Courts*.
Fonte: Katz (1994, p.163).



FIGURA 6 – Espaços públicos “vivos” projetados para a comunidade de *South Brentwood Village*.
Fonte: Katz (1994, p.48).



FIGURA 7 – Plano para revitalização e Projetos Comunitários de *Jackson-Taylor*.
Fonte: Katz (1994, p.192).

eram contemporâneos de Alexander e, em suas intervenções, resgataram elementos projetuais positivos daquele arquiteto, a partir dos Congressos do Novo Urbanismo, na década de 1990.

Contudo, é válido reiterar que os padrões estabelecidos por Alexander e seus parceiros do *Center for Environmental Structure* representam intuítos diferentes daqueles dos novos urbanistas, no que diz respeito ao envolvimento das comunidades nos projetos e na perspectiva de democratização dos espaços de uso público, bem como de acesso à moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como os projetos dos *New Urbanism* aqui analisados, outras experiências de cidades e comunidades durante os séculos XIX e XX demonstraram semelhanças com as ideias concebidas por Christopher Alexander a respeito dos espaços de uso comum, hierarquização do sistema viário e priorização da circulação de pedestre.

No que tange ao referido movimento, pôde-se constatar que muitos desses componentes urbanísticos perduraram além do período em que Christopher Alexander e equipe formularam a Linguagem de Padrões e a incorporaram em diferentes projetos. Por outro lado, não se observam presentes, nos projetos do *New Urbanism*, características primordiais da obra de Alexander, como a participação do usuário em todo o processo de produção do ambiente construído, ou a busca por ferramentas eficazes de comunicação entre profissionais e leigos.

Entende-se, portanto, que uma contribuição efetiva de ambas as experiências seria a adoção de diretrizes projetuais assertivas, como as que Alexander incorpora na Linguagem de Padrões e em processos participativos de assentamentos destinados à população de baixa renda. Nessa perspectiva, espera-se que outras “boas práticas” sejam reproduzidas na Arquitetura e no Urbanismo, permitindo, assim, estudos análogos dessas experiências e amplas reflexões a seu respeito.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo 501409/2012-2).

NOTAS

1. Trata-se da parceria com Vernon Gracie na produção do *Byker*, bairro residencial situado na periferia da cidade de *Newcastle*, Inglaterra, construído por um processo participativo em larga escala, entre 1973 e 1978 (COMERIO, 1987).

2. *Advocacy Planning* se traduz como um tipo de planejamento ou urbanismo participativo, instituído em prol de determinadas causas, como intervenções urbanas que alterem significativamente o modo de vida de moradores, bem como as características físicas, econômicas ou sociais do local. Em situações desse tipo, faz-se necessário apoio técnico compatível com a natureza do problema, por meio da participação de profissionais das diversas áreas, como urbanistas, sociólogos, ambientalistas, advogados, entre outros, somada a subsídios de órgãos de planejamento urbano. Pode-se dizer que alguns tipos de profissionais, nesse caso, atuam como “advogados” do planejamento (BATT AUS, 2005).

3. *Playa Vista* (1989): Los Angeles, Califórnia. Autoria de Maguire Thomas Partners, área de 440Ha. Compreende uma sequência de vizinhanças com uso misto, abrangendo vias, espaços públicos e parques. *Laguna West* (1990): Região Metropolitana de Sacramento, Califórnia. Projeto de Peter Calthorpe (*Calthorpe Associates*). Consiste em uma comunidade com 3 400 unidades, centro cívico e comercial, com diversidade de gabarito e densidade populacional, além de um lago com 26 Ha e boulevares diagonais.

Kentlands (1988): Gaithersburg, Maryland. Projeto de Andres Duany e Elizabeth Plater-Zyberk. Resultou de estudos de “*design charette*”. Inclui 6 vizinhanças com usos diversos e tipologias habitacionais variadas, em 144Ha.

Highland District (1990): Tucson, Arizona. Plano dos arquitetos Elizabeth Moule e Stefanos Polyzoides para uma “vila acadêmica” de 7Ha junto à Universidade do Arizona. Incorporou edifícios baixos, com densidade compatível com o número de estudantes locais. O plano ainda considerou a eficiência energética e o clima desértico.

4. *Orange Tree Courts* (1998): *Riverside*, Califórnia. Plano de Bretteville & Polyzoides; versão modificada por Moule & Polyzoides. Incorporou edificações existentes do início do século XX e previu áreas de estacionamento, escritórios e comércio, além de 74 unidades de moradia em aproximadamente 2Ha.

South Brentwood Village (1991): *Brentwood*, Califórnia. Projeto de *Calthorpe Associates*. Comunidade de uso misto e 500 moradias, em com área de 57Ha.

Jackson-Taylor (1991): vizinhança em San Jose, Califórnia. Plano de *Calthorpe Associates* O uso do solo foi intencionalmente definido como misto. Cerca de 1 600 unidades residenciais foram arranjadas em 30Ha com escritórios, indústrias e outras atividades.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, C. *Notes on the synthesis of form*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

ALEXANDER, C. A city is not a tree. *Architectural Forum*, v.122, n.1, p.58-62, 1965.

ALEXANDER, C.; CHERMAYEFF, S. *Community and privacy: Toward a new architecture of humanism*. Harmondsworth: Penguin, 1966.

ALEXANDER, C. et al. *The oregon experiment*. New York: Oxford University Press, 1975.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. *A pattern language: Towns, buildings, construction*. New York: Oxford University Press, 1977.

ALEXANDER, C.; DAVIS, H.; MARTINEZ, J.; CORNER, D. *The production of houses*. New York: Oxford University Press, 1985.

ALEXANDER, C.; NEIS, H.; ALEXANDER, M. M. *The battle for the life and beauty of the earth*. New York: Oxford University Press, 2012.

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. *Uma linguagem de padrões: A pattern language*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

BATTAUS, D.M.A. *Desenvolvimento de comunidade: processo e participação*. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COMERIO, M.C. Design and Empowerment: 20 years of community architecture. *Revista Built Environment*, v.13, n.1, p.15-28, 1987.

DI BIAGI, P. *I classici dell'urbanistica moderna*. Roma: Donzelli Editore, 2002.

GRABOW, S. *Christopher Alexander: The search for a new paradigm in architecture*. Boston: Oriel Press, 1983.

KATZ, P. *The new urbanism: Toward the architecture of community*. New York: McGraw Hill, 1994.

MACEDO, A.C. A carta do novo urbanismo. *Vitruvius*, São Paulo, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

QUEIROZ, M. O experimento com a escola de música da UFBA: um processo participativo utilizando a linguagem de padrões de Christopher Alexander. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, v.3, n.1, 2004. Disponível em: <<http://www.ufba.br>>. Acesso em: 22 maio 2012.

Recebido em
23/10/2013,
reapresentado
em 20/2/2014
e aprovado em
14/4/2014.

DANILA MARTINS DE ALENCAR BATTAUS | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Grupo de Pesquisa em História e do Urbanismo | Av. do Trabalhador Sancarlense, 400, 13566-590, São Carlos, SP, Brasil | E-mail: <dmalencar@hotmail.com>.